A Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe e o papel fundamental das mulheres nos sistemas alimentares

La Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe y el papel fundamental de las mujeres en los sistemas alimentarios

The FAO Regional Conference for Latin America and the Caribbean and the Vital Role of Women in Food Systems

Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva

Resumo. Nesse informe, abordamos dois eventos ocorridos na primeira quinzena de março: a 39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe (LARC39) e o Dia Internacional das Mulheres. Ambos os temas estão estreitamente ligados com a segurança alimentar e nutricional global, do protagonismo regional da América Latina e Caribe e no papel central das mulheres como agentes transformadoras dos sistemas alimentares, para que sejam efetivamente saudáveis, sustentáveis e justos.

Resumen. *En este informe, abordamos dos eventos que tuvieron lugar durante la primera quincena de marzo: la 39.ª Conferencia Regional de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) para América Latina y el Caribe (LARC39) y el Día Internacional de la Mujer. Ambos temas están estrechamente relacionados con la seguridad alimentaria y nutricional global, el protagonismo regional de América Latina y el Caribe y el papel central de las mujeres como agentes transformadoras de los sistemas alimentarios, para que sean efectivamente saludables, sostenibles y justos.*

Abstract. *In this report, we discuss two events that took place in the first half of March: the 39th Regional Conference of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) for Latin America and the Caribbean (LARC39) and International Women's Day. Both topics are closely linked to global food and nutrition security, the regional leadership of Latin America and the Caribbean, and the central role of women as agents of change in food systems, ensuring they are truly healthy, sustainable, and equitable.*

Na primeira quinzena de março de 2026, além do Dia Mundial da Obesidade, tratado em nosso informe anterior, tivemos outros dois eventos marcantes no contexto da segurança alimentar e nutricional global: a 39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe (LARC39) e o Dia Internacional das Mulheres.

A LARC39, realizada em Brasília, consolidou-se como o principal fórum de definição de prioridades e alinhamento estratégico para a região durante o biênio 2026-2027. O encontro reuniu participantes de 32 Estados Membros, incluindo chefes de Estado e ministros, para examinar os desafios dos sistemas agroalimentares regionais e estabelecer um roteiro de ação ancorado no Marco Estratégico da FAO para 2022-2031. Os debates centraram-se na persistência da fome, na vulnerabilidade climática, na pressão sobre os recursos naturais e na

necessidade de ampliar investimentos, resultando na adoção por consenso de um relatório final que prioriza a erradicação da fome, o fortalecimento da resiliência climática e a transformação dos sistemas agroalimentares.

No contexto regional, pesar do notável progresso na redução da fome, evidenciado pela saída de quatro países do Mapa da Fome (incluindo o Brasil) e pela trajetória positiva de outros em direção ao ODS 2, a Conferência alertou para desafios estruturais persistentes na segurança alimentar e nutricional. Em particular, a região enfrenta a carga dupla da má nutrição junto com o mais alto custo para uma dieta saudável e a crescente epidemia de sobrepeso e obesidade, ao mesmo tempo em que lida com a dupla relação com as mudanças climáticas e sistemas alimentares: como vítima de eventos extremos e como vetor de emissões. A LARC39 destacou, portanto, a necessidade de uma abordagem sistêmica e integrada, baseada no conceito de "Uma Só Saúde", que oriente a transformação dos sistemas agroalimentares para que conciliem produtividade, sustentabilidade ambiental, resiliência climática e a oferta de dietas saudáveis, posicionando a região como protagonista na construção de um novo paradigma global.

No tocante às mulheres, conforme constantemente reforçado em inúmeros documentos internacionais, elas ocupam uma posição central em todos os níveis da segurança alimentar e nutricional, do local ao global. As mulheres desempenham um papel central nos sistemas alimentares globais, atuando como produtoras, processadoras, comerciantes e gestoras domésticas de alimentos. Documentos técnicos da FAO e do HLPE destacam que os sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e resilientes dependem da equidade de gênero para alcançar a segurança alimentar e nutricional. A FAO, em seu relatório "O status das mulheres nos sistemas agroalimentares" ("*The Status of Women in Agrifood Systems*"), enfatiza que as mulheres representam mais de 75% das políticas agrícolas analisadas reconhecem seu papel, mas apenas 19% têm objetivos explícitos de igualdade de gênero (Food and Agriculture Organization (FAO), 2023).A sua contribuição é essencial não apenas para a segurança alimentar e nutricional de suas famílias e comunidades, mas também para a resiliência e a sustentabilidade de toda a cadeia de valor alimentar.

Portanto, reconhecer e fortalecer a posição das mulheres é, portanto, uma alavanca estratégica para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular a erradicação da fome (ODS 2) e a igualdade de gênero (ODS 5). Estudos demonstram que quando as mulheres têm igual acesso a recursos, serviços e oportunidades, a produtividade agrícola aumenta e a insegurança alimentar diminui significativamente.

Contudo, apesar de sua importância crítica, as mulheres nos sistemas alimentares enfrentam desafios sistêmicos e profundamente enraizados que limitam seu potencial, tais como o acesso restrito a recursos produtivos, a sobrecarga de trabalho não remunerado, a baixa remuneração e precárias condições de trabalho, as barreiras às tomadas de decisão e a discriminação e as normas sociais, entre outras.

A 39ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe (LARC39)

A Conferência e os principais avanços e desafios regionais

Como primeira parte deste informe, relatamos alguns dos principais pontos da 39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe (LARC39), realizada em Brasília, de 2 a 6 de março de

2026. O encontro representa o principal fórum de definição de prioridades e alinhamento estratégico para as ações da Organização na região durante o biênio 2026-2027, reunindo 512 participantes de 32 Estados Membros, incluindo um Chefe de Estado, 42 ministros e representantes de organismos internacionais, a Conferência consolidou-se como um espaço de diálogo técnico e político de alto nível sobre os avanços e desafios regionais no combate à fome e à má nutrição.



A LARC39 teve como objetivo central examinar os principais desafios dos sistemas agroalimentares da região e estabelecer um roteiro para o próximo biênio. Os debates, ancorados no Marco Estratégico da FAO para 2022-2031, focaram na persistência da fome, na crescente vulnerabilidade climática, na pressão sobre recursos naturais e na necessidade crítica de ampliar investimentos públicos e privados. Como resultado, os países-membros adotaram, por consenso, um relatório final que define as prioridades da FAO para 2026-2027, com ênfase na erradicação da fome, no fortalecimento da resiliência climática e na transformação dos sistemas agroalimentares.

A América Latina e o Caribe demonstraram, durante a LARC39, seu protagonismo no enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional, consolidando-se como uma região de referência global em políticas públicas inovadoras. Os dados apresentados pelo Diretor-Geral da FAO, QU Dongyu, são eloquentes: a região conseguiu reduzir em mais de 6 milhões o número de pessoas em situação de fome entre 2020 e 2024, um feito notável considerando os impactos econômicos e sociais da pandemia. Nesse contexto, quatro países da região (Brasil, Costa Rica, Guiana e Uruguai) já registram índices de subalimentação inferiores a 2,5% da população, o que os coloca tecnicamente fora do Mapa da Fome da FAO. Além disso, Chile, República Dominicana e México encontram-se em trajetória consistente para alcançar a meta de Fome Zero (ODS 2) até 2030. Nas palavras do Diretor-Geral, esse desempenho regional não é fruto do acaso, mas resultado de políticas nacionais efetivas e de uma coordenação intersetorial e interinstitucional bem-sucedida, que combinam programas de transferência de renda, fortalecimento da agricultura familiar e investimentos em proteção social.

O protagonismo regional, entretanto, não se limita aos avanços internos, mas se expressa na capacidade de exportar soluções e influenciar a agenda global. A agricultura familiar, que na América Latina e no Caribe representa 81% das propriedades rurais (17,8 milhões de estabelecimentos) e é responsável por mais de 50% da área cultivada com alimentos básicos como hortaliças, frutas e cereais, emergiu como um ator central nas estratégias de segurança alimentar. Os debates na Conferência evidenciaram que fortalecer este segmento é

estratégico não apenas para garantir o abastecimento interno, mas também para promover a inclusão produtiva, gerar empregos e fixar populações no campo. Parte dos argumentos trazem o discurso de ser uma região capaz de conciliar o papel de exportadora líquida de alimentos, cuja importância é global, com políticas robustas de combate à fome em casa, mas a América Latina e o Caribe continuam enfrentando a contradição histórica de serem um dos principais produtores de alimentos do mundo e, simultaneamente, abrigar populações vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional.

No entanto, a Conferência também serviu para alertar que este protagonismo enfrenta desafios estruturais que exigem respostas coordenadas e urgentes. A região ainda registra o custo mais alto do mundo para uma dieta saudável, o que significa que, mesmo onde a fome aguda foi controlada, a má nutrição e a obesidade persistem como problemas de saúde pública (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2024). A produtividade agrícola tem apresentado desaceleração, os investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento no setor permanecem insuficientes (com uma média de apenas 0,67% do PIB entre 2001 e 2021, abaixo da média global de 0,75%) e o financiamento internacional para o desenvolvimento agroalimentar sofreu uma queda de 30% entre 2022 e 2023, totalizando meros US$ 3,4 bilhões. Diante desse cenário, o discurso do Presidente Lula na abertura da Conferência traz um chamado à ação coletiva: a fome não é inevitável, mas uma questão de vontade política. A América Latina e o Caribe, com sua experiência acumulada e suas políticas inovadoras, posicionam-se não apenas como beneficiários de soluções, mas como protagonistas na construção de um novo paradigma de sistemas agroalimentares mais justos, resilientes e sustentáveis para todo o planeta.

Para além do combate à fome, a LARC39 dedicou atenção substantiva ao outro lado da balança da má nutrição: a crescente epidemia de sobrepeso e obesidade que afeta todos os países da região, configurando juntos o que os especialistas denominam a “carga dupla da má nutrição”. Os debates evidenciaram que a América Latina e o Caribe enfrentam um paradoxo complexo: enquanto populações vulneráveis ainda lutam pelo acesso mínimo a calorias, um número crescente de pessoas, inclusive em comunidades de baixa renda, sofre com dietas ultraprocessadas, substituindo as suas dietas tradicionais, diversificadas e saudáveis. Esse fenômeno, que traz claramente a determinação social da dupla carga da má nutrição, também está intrinsecamente ligado à transformação dos sistemas agroalimentares, que precisam ser reorientados não apenas para produzir mais alimentos quando estes são colocados como commodities, mas para oferecer dietas saudáveis, diversificadas e culturalmente adequadas. A Conferência ressaltou que a transição para sistemas alimentares saudáveis exige políticas integradas que vão desde a regulação da publicidade de alimentos ultraprocessados e a rotulagem nutricional frontal, até o fortalecimento de cadeias curtas de abastecimento que conectem a agricultura familiar aos mercados institucionais, como os programas de alimentação escolar, garantindo acesso a alimentos frescos e minimamente processados.

Paralelamente, os sistemas agroalimentares da região foram analisados sob a ótica das mudanças climáticas em uma dualidade crítica: ao mesmo tempo que são severamente impactados pelos eventos climáticos extremos, com secas prolongadas, enchentes, ondas de calor e alterações nos regimes de chuvas que já comprometem safras e meios de vida de milhões de agricultores familiares. Além disso, figuram entre os principais vetores de emissões de gases de efeito estufa, especialmente por meio do desmatamento para expansão da fronteira agrícola e da pecuária intensiva, caracterizando, junto com a situação nutricional das populações, a sindemia de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas (Swinburn *et al.*, 2019). A

Conferência abordou essa dualidade com profundidade, reconhecendo que a solução para a crise climática passa, inevitavelmente, pela transformação profunda da forma como produzimos, distribuímos e consumimos alimentos. Nesse sentido, a região foi instada a assumir um papel de liderança na promoção de práticas regenerativas, como a integração lavoura-pecuária-floresta, o manejo sustentável do solo, a recuperação de pastagens degradadas e a bioeconomia, demonstrando que é possível conciliar produtividade, conservação ambiental e resiliência climática.

Os debates ministeriais sobre trajetórias políticas para a agricultura e silvicultura sustentáveis para o desenvolvimento resiliente ao clima evidenciaram que as respostas setoriais isoladas são insuficientes. Os países concordaram que a transformação dos sistemas agroalimentares deve ser orientada por uma abordagem sistêmica, que integre ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que promove a saúde humana por meio da melhoria da qualidade nutricional dos alimentos. A abordagem de "Uma Só Saúde" (*One Health*), amplamente discutida na Conferência, sintetiza esta visão integradora ao reconhecer que a saúde dos solos, das plantas, dos animais, dos ecossistemas e dos seres humanos é indissociável. A mensagem final da LARC39 foi clara: a América Latina e o Caribe, dotadas da maior biodiversidade do planeta e de um dos mais relevantes patrimônios de recursos naturais, têm a oportunidade histórica de protagonizar uma transição paradigmática, transformando seus sistemas agroalimentares de vilões a heróis na narrativa climática global, desde que haja vontade política, financiamento adequado e cooperação internacional para acelerar esta agenda transformadora.

A Liderança do Brasil e o Legado do G20 e das políticas nacionais

Como anfitrião do evento, o Brasil exerceu papel de liderança ao vincular o combate à fome a uma responsabilidade moral e política. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência, reforçou sua mensagem de confiança e compromisso com a superação da fome, afirmando que "todos têm o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar todos os dias" e que a insegurança alimentar decorre da falta de vontade política, não de eventos imprevisíveis. O Presidente destacou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada em 2024 sob a presidência brasileira do G20, como um mecanismo fundamental para galvanizar esforços e recursos internacionais. A FAO, em suas conclusões, endossou a Aliança como uma plataforma crucial para a cooperação.

A LARC39 consagrou-se como um palco de reconhecimento internacional das políticas públicas brasileiras que articulam produção, abastecimento e consumo saudável. Dentre as iniciativas destacadas, a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades – Alimenta Cidades, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), foi apresentada como uma política inovadora de enfoque territorial urbano. Instituída pelo Decreto nº 11.822/2023, a estratégia busca responder aos desafios específicos dos municípios na garantia do direito humano à alimentação adequada, alcançando atualmente 102 cidades e cerca de 76 milhões de brasileiros, com a meta de expansão para até mil municípios em 2026 por meio de parcerias para inovação aberta e fortalecimento de capacidades locais. A relevância do programa foi corroborada por visitas técnicas durante a Conferência, como a realizada ao Assentamento Chapadinha, que demonstrou na prática como a produção agroecológica da agricultura familiar se articula com as compras públicas, particularmente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa experiência prática evidenciou o sucesso da

integração entre o acesso a políticas de crédito, assistência técnica e os mercados institucionais, um modelo que o Representante Regional da FAO, Rene Orellana, classificou como “políticas integrais e holísticas” que favorecem o consumo, o mercado e os produtores de forma complementar.

Adicionalmente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi mencionado como um instrumento consolidado que conecta a necessidade de abastecimento da população vulnerável com a geração de renda no campo, com demonstrações concretas de sua execução, como a visita ao Assentamento Chapadinha e o fortalecimento de bancos de alimentos municipais. Por fim, e não menos importante, o protagonismo da agricultura familiar foi transversal em todos esses debates, sendo reconhecida não apenas como a base de 81% dos estabelecimentos agrícolas e responsável por mais da metade dos alimentos básicos consumidos na região, mas também como sujeito central nas estratégias de segurança alimentar, com destaque para o papel das juventudes rurais na sucessão e inovação no campo, conforme debatido no Fórum de Juventudes preparatório para a Conferência. O conjunto dessas políticas, ao articular MDS, MDA, MEC (por meio do PNAE) e a sociedade civil, demonstra a abordagem intersetorial que a FAO preconiza como caminho para a transformação dos sistemas agroalimentares na América Latina e Caribe.

Agendas prioritárias da LARC39

Um dos eixos temáticos centrais foi o enfrentamento da inflação dos preços dos alimentos. Os debates ressaltaram como países da região conseguiram mitigar o impacto da alta de preços sobre as famílias vulneráveis por meio de medidas especiais, como a expansão de programas de proteção social e a promoção de cadeias curtas de abastecimento. A experiência regional demonstra que políticas públicas robustas e focadas são essenciais para garantir o acesso a dietas saudáveis, cujo custo na região é o mais alto do mundo. A discussão enfatizou a necessidade de proteger esses resultados diante de um ambiente global complexo, marcado por tensões geopolíticas e eventos climáticos extremos.

Além disso, a mobilização de recursos foi identificada como um pilar para a transformação dos sistemas agroalimentares. Em sessão especial intitulada “Acelerando o Financiamento para Sistemas Agroalimentares Inclusivos e Resilientes”, a FAO apresentou os resultados da Iniciativa Mão com Mão (*Hand-in-Hand*). Desde seu lançamento em 2019, a iniciativa mobilizou US$ 1,75 bilhão na região, desenvolvendo portfólios de investimento alinhados às prioridades nacionais e aos ODS. O encontro contou com a participação de ministros da Colômbia, Peru, Jamaica, Barbados e representantes de bancos de desenvolvimento como CAF, IFAD, Banco Mundial e BID, que discutiram soluções inovadoras como swaps de dívida por natureza, títulos temáticos (verdes, sociais) e financiamento misto (*blended finance*).

A Conferência dedicou também atenção especial à gestão sustentável da água e dos solos, recursos fundamentais para a agricultura da região. A abordagem de “Uma Só Saúde” (*One Health*) foi outro tema transversal, refletindo a preocupação com as ameaças à saúde de animais, plantas e seres humanos, especialmente diante da importância da pecuária e da produção agrícola na região (World Health Organization (WHO), 2024). Os países concordaram que a ação climática e a gestão sustentável são indissociáveis da segurança alimentar, demandando políticas baseadas em evidências científicas e a adoção acelerada de práticas sustentáveis.

Um ponto muito relevante no contexto global de múltiplas crises, foi a reafirmação pelos participantes da importância do multilateralismo e da cooperação Sul-Sul como ferramentas essenciais. O evento reforçou o compromisso com o fortalecimento de alianças estratégicas, a harmonização de marcos regulatórios e a coordenação entre ministérios da Agricultura, Fazenda e Meio Ambiente. A ampla participação de organismos como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e de frentes parlamentares contra a fome evidencia a natureza multissetorial dos desafios e das soluções.

A LARC39 concluiu seus trabalhos com a adoção de um roteiro regional claro, que orientará a atuação da FAO no biênio 2026-2027. As prioridades estabelecidas focam na aceleração da transformação dos sistemas agroalimentares para torná-los mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis. O sucesso dessa agenda dependerá da capacidade dos países de traduzir as deliberações em políticas públicas efetivas, de mobilizar os investimentos necessários e de fortalecer a cooperação regional. A Conferência de Brasília deixa um legado de compromisso renovado e de confiança na capacidade da América Latina e do Caribe de liderar o caminho para um futuro livre da fome e da pobreza, com base na rica experiência e nas políticas inovadoras já em curso na região, particularmente no Brasil.

Importância Estratégica das Mulheres nos Sistemas Alimentares

No Dia Internacional das Mulheres, um ponto fundamental é reconhecer que os sistemas alimentares são um dos principais empregadores de mulheres em todo o mundo e, em muitos países, constituem uma fonte de subsistência mais importante para as mulheres do que para os homens. Portanto, capacitar as mulheres e eliminar as disparidades de gênero nos sistemas alimentares melhora o seu bem-estar e de seus lares, reduzindo a fome, aumentando a renda e fortalecendo a resiliência. A seguir, traremos uma visão abrangente da situação das mulheres nos sistemas alimentares, analisando as múltiplas fontes de desigualdade que limitam sua participação, bem-estar e empoderamento; descreve políticas e abordagens que apoiaram a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres; e detalha como a participação igualitária das mulheres nos sistemas alimentares pode transformar resultados individuais e globais.

Apesar da importância dos sistemas alimentares para os meios de subsistência das mulheres e o bem-estar de suas famílias, os papéis das mulheres tendem a ser marginalizados e suas condições de trabalho são geralmente piores do que as dos homens (irregulares, informais, de meio período, de baixa qualificação, com uso intensivo de mão de obra e, portanto, vulneráveis). As mulheres também têm uma carga maior de trabalho de cuidado não remunerado, o que limita suas oportunidades de educação e emprego. Isso é verdade tanto para as mulheres que trabalham na produção agrícola primária, com salários e produtividade sistematicamente mais baixos do que os dos homens, quanto para as mulheres que trabalham em segmentos não-agrícolas dos sistemas alimentares, onde seu trabalho se concentra principalmente em elos de menor valor. As mulheres podem não ser sistematicamente excluídas de cadeias de valor de alta qualidade e orientadas para a exportação ou do empreendedorismo nos sistemas alimentares, mas sua participação é geralmente limitada por normas sociais discriminatórias e barreiras ao conhecimento, ativos, recursos e redes sociais.

O acesso das mulheres à terra, insumos, serviços, finanças e tecnologia digital, fundamental para o trabalho nos sistemas alimentares, continua atrás do acesso dos homens. Em muitos países, ainda há muito a ser feito para garantir que as mulheres possuam terra em proporção igual aos homens e que os marcos legais protejam seus direitos. É alarmante o quão

pouco as lacunas no acesso das mulheres à extensão rural, irrigação e posse de gado foram reduzidas na última década, embora seja encorajador que as diferenças no acesso a serviços financeiros, internet móvel e telefones celulares estejam diminuindo.

As normas e regras sociais discriminatórias que afetam mulheres e meninas estão no cerne da desigualdade de gênero e são lentas para mudar. As atitudes em relação ao trabalho feminino fora de casa, a aceitabilidade da violência de gênero e outras normas que afetam os meios de subsistência das mulheres nos sistemas alimentares permanecem perigosamente restritivas em grande parte do mundo. As políticas e estratégias formais podem identificar cada vez mais as limitações e desigualdades que as mulheres enfrentam, mas poucas políticas nacionais especificam objetivos para abordá-las. Isso ocorre apesar das evidências de que uma abordagem mais ampla para o empoderamento das mulheres, reduzindo as barreiras à sua participação e mudando as normas e regras que a limitam, traz grandes benefícios para o bem-estar das mulheres e para a sociedade em geral. Tal abordagem também tem benefícios substanciais para os meios de subsistência, renda, saúde das mulheres e nutrição de seus filhos.

Os mecanismos de enfrentamento e a resiliência a choques e estresses são moldados pelas desigualdades de gênero, e os choques e crises têm um impacto negativo maior sobre os meios de subsistência das mulheres nos sistemas alimentares do que sobre os dos homens. Durante a pandemia de COVID-19, a insegurança alimentar das mulheres aumentou mais rapidamente do que a dos homens, e as perdas de empregos tanto na produção agrícola primária quanto nos segmentos não-agrícolas dos sistemas alimentares foram muito mais pronunciadas para as mulheres do que para os homens. As mulheres foram obrigadas a usar seus ativos e economias mais limitados mais rapidamente do que os homens. Durante os choques climáticos, os recursos e ativos mais limitados das mulheres restringem sua capacidade adaptativa e resiliência.

Esses desafios para o emprego pleno e igualitário das mulheres nos sistemas alimentares prejudicam sua produtividade e mantêm as disparidades salariais. Eliminar a diferença de gênero na produtividade agrícola e a disparidade salarial nos sistemas alimentares aumentaria o produto interno bruto global em 1% (ou cerca de US$ 1 trilhão). Isso reduziria a insegurança alimentar global em cerca de 2 pontos percentuais, diminuindo o número de pessoas em situação de insegurança alimentar em 45 milhões.

O empoderamento das mulheres também é fundamental para os resultados econômicos e sociais. Os benefícios de projetos que empoderam as mulheres são maiores do que aqueles que apenas incorporam a perspectiva de gênero. Mais da metade do financiamento bilateral para agricultura e desenvolvimento rural já incorpora a perspectiva de gênero, mas apenas 6% tratam o gênero como fundamental. Se metade dos pequenos produtores se beneficiasse de intervenções de desenvolvimento focadas no empoderamento das mulheres, isso aumentaria significativamente a renda de mais 58 milhões de pessoas e aumentaria a resiliência de mais 235 milhões de pessoas.

O trabalho das mulheres nos sistemas alimentares

Os sistemas alimentares são um dos principais empregadores de mulheres. Globalmente, 36% das mulheres trabalhadoras e 38% dos homens trabalhadores trabalham em sistemas alimentares em 2019. Tanto para mulheres quanto para homens, isso representa um declínio de cerca de 10 pontos percentuais desde 2005, impulsionado quase exclusivamente por uma redução no emprego na produção agrícola primária.

Os sistemas alimentares são uma fonte de subsistência mais importante para as mulheres do que para os homens em muitos países. Na África Subsaariana, 66% do emprego feminino está nos sistemas alimentares, em comparação com 60% do masculino. No Sul da Ásia, as mulheres trabalham predominantemente em sistemas alimentares (71% das mulheres, contra 47% dos homens), embora menos mulheres do que homens estejam na força de trabalho. Os sistemas alimentares são uma fonte fundamental de emprego para mulheres jovens, especialmente aquelas entre 15 e 24 anos.

Em geral, as mulheres representam uma parcela maior do emprego agrícola em níveis mais baixos de desenvolvimento econômico, pois educação inadequada, acesso limitado a infraestrutura básica e mercados, alta carga de trabalho não remunerado e más oportunidades de emprego rural fora da agricultura limitam severamente as oportunidades das mulheres para o trabalho não-agrícola. As mulheres representam bem mais de 50% da força de trabalho agrícola em muitos países da África Subsaariana. Cerca de metade da força de trabalho na agricultura é feminina em vários países do Sudeste Asiático, incluindo Camboja, República Democrática Popular do Laos e Vietnã.

As mulheres que trabalham na produção agrícola tendem a fazê-lo em condições altamente desfavoráveis. Elas tendem a se concentrar nos países mais pobres, onde meios de subsistência alternativos não estão disponíveis, e mantêm a intensidade de seu trabalho em condições de choques climáticos e em situações de conflito. As mulheres têm menos probabilidade de participar como empreendedoras e agricultoras independentes e estão envolvidas na produção de culturas menos lucrativas. Frequentemente, as mulheres são trabalhadoras familiares não remuneradas ou trabalhadoras ocasionais na agricultura. As normas sociais também podem impedir que as mulheres produzam culturas e participem de atividades dominadas por homens. A diferença de gênero na produtividade da terra entre propriedades de mesmo tamanho geridas por mulheres e homens é de 24%. Em média, as mulheres ganham 18,4% menos do que os homens no emprego assalariado na agricultura; isso significa que as mulheres recebem 82 centavos para cada dólar ganho pelos homens.

A transição da produção agrícola primária para o trabalho não-agrícola nos sistemas alimentares tem historicamente levado a melhores meios de subsistência para mulheres e homens. No entanto, os papéis das mulheres no trabalho não-agrícola nos sistemas alimentares são mais propensos a estar em cadeias de valor e atividades menos lucrativas ou em condições piores do que as dos homens devido a normas sociais tradicionais restritivas ou baixo acesso a ativos e recursos.

A maior carga de trabalho doméstico e de cuidado não remunerado das mulheres, como limpeza, cozinha e cuidado de membros da família, contribui para as desigualdades na participação e nos resultados do mercado de trabalho. Isso é particularmente evidente em países de baixa e média renda. Nas áreas rurais, a carga de trabalho não remunerado das mulheres é maior do que a dos homens em grande parte devido ao tempo que gastam coletando água. A pandemia de COVID-19 destacou o ônus desproporcional que as mulheres suportam no cuidado não remunerado de crianças e outros membros da família e as implicações desse ônus para o tempo e emprego das mulheres.

Acesso das mulheres a ativos, serviços e recursos

O acesso das mulheres a ativos e recursos fundamentais para os sistemas alimentares – como terra, insumos, serviços, finanças e tecnologia digital – continua atrás do acesso dos homens. As lacunas diretamente relacionadas à produção agrícola permanecem substanciais,

mas as disparidades de gênero em educação, finanças e tecnologia de informação e comunicação, que são particularmente importantes para o desenvolvimento de negócios não-agrícolas e oportunidades de emprego nos sistemas alimentares, estão diminuindo mais rapidamente. No entanto, o acesso sustentado e de qualidade a ativos e recursos continua sendo um desafio.

As mulheres em domicílios agrícolas permanecem significativamente em desvantagem na propriedade da terra em comparação com os homens; metade dos países que reportam o Indicador 5.a.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tem proteções legais fracas para os direitos fundiários das mulheres. A porcentagem de homens que têm direitos de propriedade ou posse segura sobre terras agrícolas é o dobro da das mulheres em mais de 40% dos países que reportaram a propriedade de terra das mulheres (Indicador 5.a.1 dos ODS), e uma porcentagem maior de homens do que mulheres tem tais direitos em 40 dos 46 países que reportaram. Apesar disso, a participação das mulheres entre os proprietários de terra aumentou em 10 de 18 países na última década, com melhorias marcantes em vários países da África Subsaariana e do Sul da Ásia.

O progresso tem sido lento na redução das lacunas no acesso das mulheres à irrigação e na posse de gado. Em média, os homens possuem mais gado do que as mulheres e são mais propensos do que as mulheres a possuir gado de grande porte, como bovinos. Essas lacunas mudaram pouco na última década, embora as diferenças na posse de espécies menores, como ovelhas e aves, tendam a ser menores.

As mulheres na agricultura ainda têm acesso significativamente menor do que os homens a insumos, incluindo sementes melhoradas, fertilizantes e equipamentos mecanizados. Positivamente, a diferença de gênero no acesso à internet móvel em países de baixa e média renda caiu de 25% para 16% entre 2017 e 2021, e a diferença de gênero no acesso a contas bancárias diminuiu de 9 para 6 pontos percentuais. As mulheres têm tanta probabilidade quanto os homens de adotar novas tecnologias quando os fatores facilitadores necessários são implementados e elas têm acesso igual a recursos complementares.

Autonomia, normas e políticas

Normas sociais discriminatórias nos sistemas alimentares criam desequilíbrios de poder entre homens e mulheres e limitam as escolhas disponíveis para as mulheres, que geralmente estão mais envolvidas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Essas normas comumente restringem a mobilidade das mulheres e limitam suas opções de trabalho não doméstico e atividades de mercado, bem como seu acesso e controle sobre ativos e renda. A discriminação de gênero nas instituições sociais varia por região e país, mas permanece inaceitavelmente alta globalmente. Isso restringe o emprego pleno e produtivo das mulheres nos sistemas alimentares (como vendedoras, empregadoras ou empregadas) e afeta sua capacidade de acessar e se beneficiar de serviços, tecnologias e organizações rurais.

Avançar na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres é fundamental para o bem-estar das mulheres e para a sociedade em geral e, portanto, tem valor intrínseco. Avanços significativos na medição do empoderamento das mulheres nos sistemas alimentares na última década mostram que o empoderamento das mulheres tem um impacto positivo na produção agrícola, segurança alimentar, dietas e nutrição infantil.

Abordar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres significa enfrentar as normas sociais restritivas e os papéis de gênero rígidos que afetam a forma como as mulheres

participam dos sistemas alimentares. Atenção crescente tem sido dada à abordagem das limitações criadas por normas sociais discriminatórias e políticas e leis neutras em relação ao gênero nos sistemas alimentares. Projetos têm cada vez mais visado aumentar o empoderamento das mulheres e medir o impacto das intervenções tanto na autonomia quanto no empoderamento. Para fazer isso de forma eficaz, homens, meninos e líderes comunitários devem estar todos engajados em processos transformadores de gênero.

A extensão em que os marcos políticos nacionais abordam as questões de gênero melhorou na última década. Políticas e orçamentos nacionais na África Oriental e na América Latina, por exemplo, têm cada vez mais destacado lacunas estruturais no acesso à terra, insumos, serviços, finanças e tecnologia digital e incluído esforços para produzir resultados sensíveis ao gênero. No entanto, a extensão em que as políticas agrícolas abordam especificamente a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres varia. Embora mais de 75% das políticas agrícolas analisadas pela FAO reconhecessem os papéis e/ou desafios das mulheres na agricultura, apenas 19% tinham a igualdade de gênero na agricultura ou os direitos das mulheres como objetivos políticos explícitos. E apenas 13% incentivavam a participação das mulheres rurais no ciclo de políticas.

Resiliência e adaptação a choques

Os mecanismos de enfrentamento e a resiliência a choques e estresses são moldados pelas desigualdades de gênero. Choques e crises têm um grande impacto sobre os meios de subsistência das mulheres nos sistemas alimentares, e esses choques e crises são múltiplos e frequentemente sobrepostos. Em muitos países, esses choques e crises ocorrem em contextos de desigualdade de gênero muito alta.

Os impactos da pandemia de COVID-19 e da crise econômica relacionada foram intensificados e moldados pelas desigualdades de gênero nos meios de subsistência dos sistemas alimentares. Globalmente, 22% das mulheres perderam seus empregos no trabalho não-agrícola dos sistemas alimentares no primeiro ano da pandemia, em comparação com apenas 2% dos homens. A diferença na insegurança alimentar entre homens e mulheres aumentou de 1,7 pontos percentuais em 2019 para 4,3 pontos percentuais em 2021. A carga de cuidado das mulheres também aumentou: em Honduras e Uganda, por exemplo, as medidas de confinamento aumentaram a carga doméstica e de cuidado das meninas e reduziram sua frequência escolar mais do que a dos meninos. A incidência e as percepções de violência de gênero dispararam, especialmente a violência doméstica e o abuso contra mulheres e meninas, em grande parte como resultado de tensões intradomiciliares causadas por confinamentos, fechamento de escolas e inseguranças alimentar e financeira.

As mulheres geralmente têm maior sensibilidade a choques climáticos e desastres naturais do que os homens e têm capacidade de resiliência diferente. Embora as mulheres não estejam inerentemente mais em risco com as mudanças climáticas e choques, restrições de recursos e outras podem torná-las mais sensíveis aos seus efeitos e menos capazes de se adaptar a eles, aumentando sua vulnerabilidade. Por exemplo, a carga de trabalho das mulheres, incluindo horas trabalhadas na agricultura, tende a diminuir menos do que a dos homens durante choques climáticos, como estresse térmico. Normas de gênero discriminatórias que limitam a mobilidade das mulheres e sua capacidade de acessar serviços de extensão e informações climáticas apresentam obstáculos adicionais à adaptação climática. As mulheres também são frequentemente sub-representadas na tomada de decisões sobre políticas climáticas em todos os níveis.

Conflitos e insegurança continuam sendo os principais impulsionadores das crises alimentares e da insegurança alimentar. As mulheres são frequentemente mais vulneráveis do que os homens à insegurança alimentar aguda porque enfrentam riscos, barreiras e desvantagens adicionais. Conflitos violentos também têm impactos diferenciados por gênero na mobilidade, violência de gênero, resultados de saúde e educação e engajamento político e cívico. O conflito aumenta o emprego na agricultura mais para as mulheres do que para os homens. No entanto, embora reduza as horas de trabalho de homens e mulheres, as horas de trabalho das mulheres são reduzidas menos do que as dos homens.

O que funcionou e como avançar

Reduzir as desigualdades de gênero nos meios de subsistência, no acesso a recursos e na resiliência nos sistemas alimentares é um caminho crítico para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e para sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. Essas melhorias são possíveis quando existe um ambiente propício e as intervenções são bem desenhadas para enfrentar os desafios multidimensionais e inter-relacionados que mulheres e homens enfrentam.

Abordagens transformadoras de gênero mostram-se promissoras na mudança de normas discriminatórias em uma ampla gama de áreas. Os dados disponíveis indicam que tais abordagens são custo-efetivas e têm alto retorno. No entanto, é necessário mais trabalho no desenvolvimento de caminhos para implementar abordagens transformadoras de gênero em escala.

Também é fundamental melhorar a produtividade e eliminar as lacunas relacionadas ao acesso a ativos e recursos. Intervenções que aliviam a carga de trabalho das mulheres e melhoram sua produtividade têm sido particularmente bem-sucedidas quando abordam as cargas de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, fortalecem as capacidades das mulheres por meio de educação e treinamento, melhoram o acesso à tecnologia e recursos e fortalecem a segurança da posse da terra. O acesso a creches tem um grande efeito positivo no emprego das mães e no retorno das atividades nos sistemas alimentares.

Eliminar as diferenças de gênero na propriedade da terra e na posse segura é particularmente importante, pois os direitos fundiários seguros têm múltiplos impactos positivos. As lacunas podem ser reduzidas através de uma combinação de implementação de reformas no registro de terras, aumento da conscientização sobre direitos fundiários e acesso a assistência jurídica comunitária, e promoção da participação das mulheres nas instituições fundiárias locais. Além disso, serviços (como extensão rural) e recursos (como tecnologia) devem ser desenhados pensando nas necessidades das mulheres. Ferramentas digitais e tecnologia de informação e comunicação podem facilitar a eliminação de múltiplas lacunas.

Abordagens baseadas em grupos são importantes para aumentar o empoderamento das mulheres e a resiliência a choques e estresses, como a pandemia de COVID-19 e as mudanças climáticas. Elas incentivam a adoção de tecnologia e aumentam a capacidade adaptativa. Elas também podem aumentar a participação das mulheres nos processos de políticas climáticas.

Programas de proteção social aumentaram o emprego feminino e melhoraram a resiliência das mulheres. Eles facilitaram a adaptação climática, melhoraram o bem-estar em contextos onde os riscos das mudanças climáticas são altos e ajudaram na recuperação da

pandemia de COVID-19 e dos impactos de eventos climáticos extremos resultantes das mudanças climáticas.

Como caminho a seguir, três elementos são fundamentais. Primeiro, a coleta e uso de dados de alta qualidade, desagregados por sexo, idade e outras formas de diferenciação social e econômica, e a implementação de pesquisas de gênero qualitativas e quantitativas rigorosas são fundamentais para monitorar, avaliar e acelerar o progresso na igualdade de gênero nos sistemas alimentares. Apesar das melhorias nos últimos dez anos, permanecem lacunas significativas na disponibilidade, escopo e granularidade dos dados, e nas evidências sobre o que funciona e em quais condições para construir sistemas alimentares mais inclusivos.

Em segundo lugar, intervenções localizadas que abordam múltiplas desigualdades e que provaram eliminar lacunas de gênero e empoderar as mulheres nos sistemas alimentares devem ser cuidadosamente ampliadas, levando em consideração o contexto local. Embora o envolvimento com comunidades e famílias sobre normas locais tendenciosas em relação ao gênero por meio de abordagens transformadoras de gênero permaneça fundamental, para alcançar escala, governos, organizações internacionais, organizações da sociedade civil e o setor privado devem influenciar mudanças positivas nas normas de gênero e melhorar o acesso das mulheres a recursos por meio de políticas nacionais, campanhas e programas integrados de grande escala. Somente alcançando escala podemos obter grandes benefícios para o bem-estar das mulheres e ganhos significativos no crescimento econômico e na segurança alimentar.

Finalmente, as intervenções devem ser desenhadas para eliminar as desigualdades de gênero e empoderar as mulheres. As intervenções são mais propensas a superar as disparidades de gênero nos sistemas alimentares e trazer melhorias positivas e duradouras no bem-estar das mulheres quando integram ações explícitas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Quando possível, devem usar abordagens transformadoras em nível comunitário e nacional para enfrentar normas e atitudes discriminatórias de gênero. Fazer isso pode impulsionar grandes melhorias na renda e na resiliência.

Conclusão

Os eventos internacionais e regionais relacionados à agenda de segurança alimentar e nutricional global interligam diferentes aspectos da agenda política e dos compromissos com a transformação dos sistemas alimentares e de reforço ao multilateralismo.

A 39ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe (LARC39) reafirmou que a transformação dos sistemas alimentares globais constitui um dos mais complexos e urgentes desafios do multilateralismo contemporâneo, situando-se na interseção crítica entre as agendas de segurança alimentar e nutricional, ação climática, saúde pública e equidade social. O encontro de Brasília demonstrou que a arquitetura de governança global para a alimentação, ancorada em fóruns como a FAO e no legado de iniciativas como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza (lançada no G20 sob presidência brasileira), oferece o arcabouço indispensável para alinhar prioridades, harmonizar políticas e mobilizar recursos em escala.

A região da América Latina e Caribe, ao enfrentar a sindemia representada pela carga dupla da má nutrição e pela dupla relação com as mudanças climáticas – como vítima de eventos extremos e como vetor de emissões –, posiciona-se como um microcosmo das contradições e potencialidades dos sistemas alimentares mundiais. A resposta regional, baseada na abordagem integradora de “Uma Só Saúde” e na valorização de sua biodiversidade, não apenas orienta as prioridades da FAO para o biênio 2026-2027, mas oferece um roteiro baseado em evidências

para o debate global sobre como conciliar produtividade, sustentabilidade, resiliência climática e oferta de dietas saudáveis em um planeta sob estresse ecológico e pressão demográfica.

Além disso, a centralidade das mulheres nos sistemas alimentares emerge como um dos mais poderosos vetores de transformação sistêmica, cujo reconhecimento transcende as fronteiras regionais para se afirmar como imperativo na agenda global de desenvolvimento sustentável. Os dados consolidados pela FAO demonstram que as mulheres, embora constituam a espinha dorsal da produção, processamento e gestão doméstica de alimentos em todas as regiões do mundo – representando mais de 50% da força de trabalho agrícola em diversos países e atuando majoritariamente na agricultura familiar –, permanecem sistematicamente marginalizadas por barreiras estruturais no acesso à terra, crédito, tecnologia e espaços de decisão.

A transformação dos sistemas alimentares global será incompleta e ineficaz se não incorporar, como pilar central, o enfrentamento dessas desigualdades de gênero. A evidência técnica é incontornável: abordagens que promovem o empoderamento das mulheres e eliminam as disparidades de gênero na produtividade agrícola e na participação em cadeias de valor não apenas geram ganhos estimados em 1 trilhão de dólares para o PIB global e reduzem a insegurança alimentar para 45 milhões de pessoas, mas também fortalecem a resiliência comunitária a choques climáticos, econômicos e sanitários.

Esses eventos reforçaram que políticas públicas sensíveis ao gênero, combinadas com abordagens transformadoras que atuam sobre normas sociais discriminatórias, são instrumentos indispensáveis para que o multilateralismo alimentar avance de retóricas inclusivas para resultados concretos, assegurando que a transição para sistemas agroalimentares justos, resilientes e sustentáveis seja, acima de tudo, uma transição protagonizada por aquelas que historicamente sustentam a alimentação do mundo.

Referências

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/18143951-4b0a-46d6-860b-0f8908745da1>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *The Status of Women in Agrifood Systems*. [s.l: s.n.].

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *The Lancet*, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *One Health Inititaive*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.who.int/teams/one-health-initiative>.